



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Maceió, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
Quadro 2 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	15
Quadro 3 – Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	15
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679.....	15
Quadro 5 – Dados Gerais da Ação 2720	17
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726.....	18
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572.....	24
Quadro 8 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	25
Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8375	25
Quadro 10 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	27
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2000.....	27
Quadro 12 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	29
Quadro 13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	30
Quadro 14 - Evolução de Gastos Gerais.....	31
Quadro 15 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	33
Quadro 16 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	34
Quadro 17 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	36
Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	38
Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	38
Quadro 20 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	42
Quadro 21 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	47

Sumário

Introdução	7
1 – Informações Gerais de Identificação	9
2 – Objetivos e Metas	11
2.1 – Responsabilidades Institucionais	11
2.1.1 – Objetivos Estratégicos	12
2.2 – Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	14
2.3.1 – Programas/Ações	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	14
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	15
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	16
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	17
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	23
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal	24
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	25
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	25
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	26
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	27
2.4 – Desempenho Operacional	29
2.4.1 – Evolução das despesas	29
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	29
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	30
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	33
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	34

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade	36
2.4.2 – Indicadores de desempenho	37
2.4.3 – Análise do desempenho	37
3 - Recursos Humanos	38
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	41
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009	42
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres.....	43
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	43
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	43
9 – Renúncia Tributária	44
10 – Operações de Fundo.....	44
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	45
11.1 – Recomendações da CGU.....	45
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	45
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	46
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	47
14 – Outras Considerações.....	48
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	49



Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas, sediada na capital do Estado, é composta por 09 (nove) delegacias especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), 03 (três) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial), 11 (onze) núcleos, além da Corregedoria e do Gabinete.

O Estado de Alagoas, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias¹: localiza-se na região Nordeste do Brasil, fazendo divisa com os Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia; é banhado pelo oceano Atlântico em toda sua porção leste; ocupa uma área de 27.767 km²; sua população aproximada é de 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) habitantes; é constituído por 102 municípios; sua capital é dotada de um porto marítimo natural que é o 3º principal do nordeste e o 8º do Brasil, recebendo navios de cargas e de passageiros; de igual forma, possui aeroporto internacional com grande fluxo de passageiros, dado ao potencial turístico do Estado; suas principais atividades econômicas são a produção de açúcar, coco, gás natural, sal-gema e outros, além dos serviços ligados ao turismo, atividade em franca expansão. Alagoas representa, atualmente, 0,7% do Produto Interno Bruto nacional.

No campo social o Estado é marcado por graves problemas: sete dos dez municípios mais pobres do Brasil situam-se em Alagoas; possui a maior porcentagem

¹ Fonte: sítio do IBGE.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

de analfabetos (34% das pessoas acima de 15 anos) e mortalidade infantil do país (6,61 % das crianças até um ano de vida). Esses dados estatísticos exemplificativos corroboram o Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH) do Estado que é de 0,677, o menor do Brasil. Maceió, sua capital, figura como a 22ª cidade com maiores taxas médias de homicídios na população total: 80,9 em 100 mil habitantes³.

Nesse cenário, a Superintendência Regional em Alagoas desenvolve ações que fazem parte das políticas de segurança pública. Sua função precípua é de polícia judiciária da União, elucidando crimes que são processados e julgados na Justiça Federal. Assim é que no ano de 2009 concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: os crimes eleitorais, o tráfico de drogas, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais entre outros.

O Inquérito Policial é o instrumento administrativo utilizado para a apuração da autoria e materialidade dos delitos, constituindo-se em peça fundamental na persecução penal. É utilizado como medida de desempenho da polícia e seu produto final; vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (instauração por portaria).

No ano de 2009, a Superintendência em Alagoas realizou aproximadamente 43 (quarenta e três) operações policiais, resultando no cumprimento de 13 (treze) mandados de busca e apreensão e 50 (cinquenta) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva). Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 765 (setecentos e sessenta e cinco) Inquéritos Policiais, concluídos 710 (setecentos e dez) e ficaram 1198 (mil cento e noventa e oito) inquéritos em andamento.

A maior incidência de inquéritos tramitados em 2009 foi sobre delitos eleitorais, aproximadamente 1/4 (um quarto) do total. Esse dado expõe uma realidade de fato vivenciada no território alagoano que é a tensão e violência em anos eleitorais.

Considerando que 2010 será um ano eleitoral, a Superintendência tem como meta priorizar a área de defesa institucional, combatendo os crimes eleitorais, inclusive visando identificar e reprimir a atuação de grupo de extermínio com viés político.

São também prioridades para o ano de 2010: operações de combate ao tráfico de entorpecentes; combate a crimes financeiros; investimento na qualidade da prova; combate ao desvio de verbas públicas; controle de armas; fortalecimento da Corregedoria e Inteligência.

Visa-se com essa estratégia amenizar o sentimento de impunidade da sociedade alagoana, aperfeiçoando-se as atividades da polícia judiciária para que haja celeridade no andamento dos inquéritos policiais, com investigações rápidas e provas bem fundamentadas.

² IDH: medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. Busca avaliar e medir, de forma padronizada, o bem-estar de uma população. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total).

³ MAPA DA VIOLÊNCIA DOS MUNICÍPIOS, Brasília/DF, 2008, Pág. 31, WASELFISZ, Júlio Jacobo, Ideal Gráfica e Editora.



1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Alagoas			
Código SIORG: 1150	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200358
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3216 6700	(082) 3216 6729	(082) 3216 6788
Endereço eletrônico: cm.nti.sral@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Walter Ananias, 708, 57025-080, Jaraguá, Maceió/AL.			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – AL			
Denominação abreviada: FUNAPOL – AL			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200359
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3216 6700	(082) 3216 6729	(082) 3216 6788
Endereço eletrônico: cm.nti.sral@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Walter Ananias, 708, 57025-080, Jaraguá, Maceió/AL.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Port. 162, de 12/04/65 – Cria a Sub-Delegacia Regional em Alagoas.
- Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma a Sub-Delegacia em Divisão.
- Port. 039, de 17/03/75 – Eleva a Divisão para Superintendência Regional em Alagoas.

FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas



2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência de Alagoas.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

Assim, a Superintendência de Alagoas exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.1 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Alagoas atuou mais notadamente no combate aos crimes eleitorais e à corrupção, visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Perseguiu-se a melhoria no atendimento ao cidadão-cliente como na emissão de passaportes, no controle de armas e emissão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.



2.2 – Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2 – Estratégia de Atuação

Em 2009 a Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas, não obstante estar inserida em cenário econômico de restrição orçamentária decorrente da crise econômica mundial, atuou em sua missão institucional visando prestar segurança pública à sociedade alagoana e brasileira. Nesse sentido privilegiou algumas ações de maior relevância dentro da própria política governamental de segurança, tais como combate ao crime organizado e aos crimes eleitorais, repressão ao tráfico de drogas, crimes previdenciários, corrupção e desvio de recursos federais.

A Superintendência buscou atuar conjuntamente com a Polícia Civil de Alagoas, mais notadamente na área de inteligência policial, mas também na deflagração de ações conjuntas que levaram à prisão de criminosos de alta periculosidade. Prestou apoio à Superintendência do Patrimônio da União (SPU/AL) no desenvolvimento do projeto Orla; ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na garantia da preservação de bens públicos; ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AL) durante as eleições complementares de 2009 ocorridas no Estado; ao Ministério Público Federal, no levantamento patrimonial de denunciados por crimes de branqueamento de capitais; entre outros.

Por fim, foi premente a necessidade de se racionar os recursos orçamentários disponíveis. A aquisição de bens permanentes para a SR/AL foi tímida pelo fato de que parte do orçamento do Departamento de Polícia Federal destinada a esse fim foi deslocada para financiar o custeio. Outra área que sofreu marcante corte foi a de capacitação de servidores, principalmente as que demandariam deslocamento de servidores.



2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200358
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200359

2.3.1 - Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no	Amaro Vieira Ferreira



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

âmbito da UJ		
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo ⁴	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200358, 200359
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2679	FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUIMICOS	SR - FUNAPOL	14.025,93	14.025,93	14.025,93

⁴ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Considerações

Foram empenhados e liquidados 14.025,93 (quatorze mil e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) nesta ação, não havendo inscrição em Restos a Pagar.

Em 2009 foi desencadeada entre 03 e 12/06 a Operação “Químicos Nordeste II” no Estado de Alagoas, quando foram fiscalizadas 52 (cinquenta e duas) empresas, resultando em inúmeras autuações por irregularidades administrativas, dentre as quais se destacam 06 (seis) empresas que tiveram seus produtos apreendidos em razão de licença vencida ou falta de licença.

Quanto à emissão e trâmite de documentação, salienta-se que a SR/DPF/AL conta com apenas uma Servidora Administrativa destinada exclusivamente ao Setor de Controle de Produtos Químicos, sendo que todo o trabalho externo, além de parte do serviço interno, é realizado com o emprego de pessoal da área de análise e Operações da DRE/DRCOR/SR/DPF/AL.

Abaixo se elencam, em duas tabelas, os resultados obtidos pela SR/DPF/AL no ano de 2009.

ATIVIDADE	VOLUME
Empresas fiscalizadas	52
Certificados de Licença renovados	74
Certificados de Licença Emitidos	51
Certificado de Registro Cadastral e Alterações de Cadastro	80
Notificações	59
Termos de Ciência	10
Autos de Restituição de Produtos Químicos	08
Multas	06
Valores arrecadados – taxas	R\$ 180.630,00

PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS EM 2009	
PRODUTO	Quantidade
Hidróxido de sódio (soda cáustica líquida)	892 lts
Hidróxido de sódio (soda cáustica sólida)	1.838 kg
Carbonato de sódio (barrilha)	1.100 kg
Ácido clorídrico	500 lts
Ácido sulfúrico	3 lts
Amônia	880 kg
Ácido muriático	271 kg
Ácido acético	35 lts

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200358, 200359.
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2720	ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA	17.027,61	17.027,61	17.027,61

Considerações

Os valores constantes da tabela acima se referem tão somente ao montante de recursos disponibilizados para suprimento de fundos de caráter sigiloso, os quais foram utilizados nas ações de inteligência policial. Esta modalidade excepcional de execução da despesa é mais adequada ao tipo de serviço desenvolvido pelos agentes de inteligência, devido a manutenção do sigilo nas aquisições de bens e serviços que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Todo o restante do suporte logístico necessário ao andamento dos trabalhos foi prestado pela própria Unidade Gestora da própria, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro às delegacias subordinadas.

No exercício de 2009 foram iniciadas 29 (vinte e nove) ações de inteligência e contra inteligência com a finalidade de apoiar as operações ordinárias de todas as unidades da Superintendência. Além disso, o Núcleo de Inteligência cooperou em diversas ações desenvolvidas pelas polícias estaduais de Alagoas.

A tabela abaixo demonstra pequeno crescimento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência entre os anos de 2008 e 2009:

ATIVIDADE		2008	2009
Operações Policiais	Encerradas	23	17
	Em andamento	04	16
Relatório de Inteligência	Expedidos	09	13
	Recebidos	-	18
Pedido de Inteligência	Expedidos	05	02
	Recebidos	10	04

2.3.1.1.3 - Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200358, 200359
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS,SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO	845.376,40	845.376,40	845.376,40

Considerações

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados a área finalística da Superintendência Regional em Alagoas. Foram empenhados e pagos R\$ 845.376,40 (oitocentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos) no exercício.

Em 2009 foram realizadas quase 14 (quatorze) operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. O quadro a seguir destaca algumas das principais operações:

Operação	Resumo
DENÁRIO	Crimes Previdenciários



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

VARREDURA	Controle da Segurança Privada
ABAÇAI	Homicídios
CANA AZEDA	Fraudes/Estelionato
MAYNARD	Contrabando/Descaminho e Contrafação
TRINCHEIRA	Homicídio/Roubo
FÊNIX	Tráfico de drogas
TRIO ELÉTRICO	Tráfico de drogas
HAND FREE	Tráfico de drogas
BOIADEIRO	Roubo de cargas no agreste Alagoano
COMBATE	Roubo a bancos e casas lotéricas
ENIGMA	Formação de quadrilha / Assalto
GRANDE PRÍNCIPE	Roubo de cargas nas estradas de Alagoas.
SIRIUS	Formação de quadrilha / Assalto

Para exemplificar, apenas na operação DENÁRIO, que apurou fraudes em concessão de benefícios previdenciários de salário-maternidade e aposentadoria de trabalhador, o prejuízo causado pelas fraudes foi estimado em R\$ 20.712.730,24 (vinte milhões, setecentos e doze mil, setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

O percentual de inquéritos relatados (710) em relação aos instaurados (765) foi de quase 93% fato que denota maior celeridade no atendimento às demandas de polícia judiciária.

Atos de Polícia Judiciária	Quantidade
Inquéritos Instaurados	765
Inquéritos Relatados	710
Inquéritos em Andamento	1198
Termos Circunstanciados	15
Cartas Precatórias	135

Foram cumpridos mais de 330 mandados de intimação pelo Núcleo Operacional da Superintendência, além da execução de 50 prisões autorizadas pela Justiça.

REQUISIÇÕES /SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	Quantidades
Cumprimento de mandados de intimações	336
Escortas de presos realizadas	103
Cumprimento de mandados de imissão de posse - Justiça Federal	027
Cumprimento de mandados de busca e apreensão	013
Cumprimento de reintegrações de posse	037
Requisições de apoio oriundas de instituições diversas (TRT, JF, MPF...)	087
Mandados de prisão	050

Na repressão ao tráfico de entorpecentes, as principais substâncias apreendidas em 2009, conforme se observa na tabela abaixo foram cocaína, crack e maconha, com destaque para as apreensões de maconha e cocaína, ambas perfazendo um aumento, em relação ao ano de 2008, de aproximadamente 3,5 vezes.

Substância	Quantidade apreendida (Kg)
------------	----------------------------



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	2007	2008	2009
COCAÍNA	31,30	11,00	39,00
CRACK	0,50	29,00	24,00
MACONHA	0,15	69,60	241,00

Na prevenção ao uso e comercialização de entorpecentes, a Superintendência em Alagoas destacou servidores para ministrar palestras em algumas instituições, sobretudo em escolas da rede pública e privada do Estado e municípios.

No mês de dezembro de 2009 a Superintendência promoveu treinamento de armamento e tiro para todo o efetivo policial da unidade nas instalações do Exército Brasileiro, que importou no deslocamento de três professores da Academia Nacional de Polícia para ministrar o curso, além do dispêndio de um grande estoque de munições.

Ainda na seara da preparação policial, a unidade instituiu o Grupo de Pronto Intervenção (GPI) com o intuito de responder de forma rápida a eventos que atentem contra os bens e interesses da União. Foram efetivamente treinados para esse fim, pelo Comando de Operações Táticas (COT) sediado em Brasília/DF, 06 (dez) policiais federais.

Cabe ressaltar que em 2009, dado o grande volume de inquéritos na área de crimes eleitorais, foram destacados policiais de outras unidades da federação para compor uma Força Tarefa Eleitoral, o que mostrou-se extremamente necessário também pelo fato da ocorrência de eleições suplementares para 4 (quatro) municípios do Estado de Alagoas, nos quais os candidatos a prefeito eleitos em 2008 tiveram negados seus registros pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 2009 também foram mantidas tratativas junto ao Poder Judiciário para devida ocupação do Núcleo de custódia, com o objetivo de evitar a permanência prolongada de presos nas instalações da Superintendência.

A Polícia Técnica-Científica emitiu 581 (quinhentos e oitenta e um) laudos, que embora tenha ficado um pouco aquém da quantidade elaborada em 2008, foi fundamental na qualidade do conjunto probatório produzido nos instrumentos apuratórios.

- Setor Técnico-Científico:

Documentos Técnicos	2008	2009
Laudos Periciais	710	581
Informações Técnicas	117	132
Pareceres Técnicos	004	-----

- Núcleo de Identificação

Descrição	Quantidade
- Emissão de Folha de Antecedentes	600



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

- Pesquisa e Inclusão no AFIS	480
- Identificação	
. Estrangeiros	720
. Criminais	60
. Porte de Arma	24
. Funcional	12
- Pesquisa de Antecedentes Criminais	150
- Perícia em Documentos e Objetos	12
- Perícia em Local de Crime	36
- Informação Técnica	48
- Laudo	12

Já no âmbito da Polícia Administrativa, podemos expor as atividades de:

- 1) Controle Migratório - atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Eis alguns dados estatísticos da Delegacia de Imigração em 2009:

- a) Serviço de Registro de Estrangeiros.

SERVIÇO	Qtde.	Valor em R\$	Arrecadação
Registro	178	64,58	11.495,24
Restabelecimento de registro	19	64,58	1.227,02
Carteira de Identidade de Estrangeiro - 1ª via	197	124,23	24.473,31
Substituição de CIE	81	124,23	10.032,63
Substituição de CIE asilado/refugiado	01	35,00	35,00
Segunda via de CIE	12	305,03	3.660,36
Permanência	62	102,00	6.324,00
Naturalização	08	179,97	1.439,76
Prorrogação prazo de estada de temporário	77	67,00	5.159,00

Fonte: SIAPRO

Ressalte-se que mesmo com o instituto da ANISTIA para os estrangeiros irregulares no território nacional, imposto pela Lei nº 11.961/2009, foram aplicadas como Medidas Compulsórias a estrangeiros 161 autos de infração e 05 repatriações.

- b) Serviços de Passaportes

TIPO DE PASSAPORTE	Qtde.	Arrecadação
Comum – ICAO	5.692	888.350,44
Comum Urgente – ICAO	30	6.086,70
De emergência – não ICAO	31	6.208,59
TOTAL	5.753	900.645,73

No ano de 2009, houve redução do prazo de agendamento para expedição de passaporte. O tempo máximo de espera para agendar o atendimento foi, em média, 10



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

(dez) dias, tempo este que obedece às diretrizes definidas pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI/DIREX/DPF

- 2) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Dados da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas:

ATIVIDADE	VOLUME
Atendimento ao público (média diária)	35 pessoas
Compra de armas	82
Transferência de armas	100
Renovação de registro de armas	400
Porte de armas	45
Lançamento de ocorrências	80
Lançamento de armas da campanha do desarmamento	1.621
Cadastramento de instrutores de tiro	07
Cadastramento de psicólogos	05
Cadastramento de armeiros	03

- 3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Dados da Delegacia de Controle da Segurança Privada:

PROCESSOS INSTAURADOS		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
Autorização de funcionamento	Segurança e vigilância patrimonial	03
	Serviços orgânicos de segurança	-
Alteração de atos constitutivos	Razão social	-
	Mudança de endereço	01
	Abertura de filial	02
	Mudança de modelo de uniforme	-
Outros procedimentos	Revisão de autorização	37
	Renovação de certificado vistoria	40
	Renovação de certificado segurança	20
	Compras de armas, munições e recarga	13



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	Autos de constatação e notificação	34
	Encerramento de empresa irregular	41
	Comunicação de incidente c/ arma	53
Outras atividades	Vistoria de instalações de empresas	20
	Vistoria de veículos especiais	40
	Vistoria em agências bancárias	119
	Carteiras de vigilantes requeridas	525
	Certificados de vig. registrados	1.450
	Guias de transf/transporte de arma	104
	Armas arrecadadas	56
	Munições arrecadadas	1.382
	Consultas/informações seg. privada	02

ARRECAÇÃO TOTAL	R\$ 227.643,821
------------------------	------------------------

2.3.1.1.4 - Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200358
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	4.850,56	4.850,56	4.850,56

Considerações

A Superintendência Regional em Alagoas conta com uma unidade de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) dos recursos humanos. Segundo seus registros, o número de servidores que realizaram cursos de capacitação em 2009 foi de 7 (sete). Vide a descrição dos eventos no quadro:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Eventos	Participantes	Valor	Local/Entidade promotora
VI Semana Orçamentária, Financ.e de Contratações Públicas	1.Gregson Afonso Lopes Chervenski 2. Luiz Correia dos Santos	R\$ 300,00	Salvador/BA – Escola de Administração Fazendária -ESAF
XX Congresso Nacional de Criminalística	1. Alexandre Mangueira Lima de Assis	-	João Pessoa/PB – Associação Brasileira de Criminalística
Microsoft Certified Technology Specialist (MCTS) em Windows Server 2008	1.Gustavo Fernandes Araújo 2.Joelson Lima de Oliveira Júnior	R\$ 3.980,00	Maceió/AL – Canopus Informática Ltda.
23º Congresso Mundial de Genética Forense	1. Alexandre Mangueira Lima de Assis	R\$ 570,56	Buenos Aires / Argentina – Sociedade Internacional de Genética Forense
Curso Gestão de Contratos e Serviços	1. Luiz Correia dos Santos	-	Recife/PE - ENAP

O valor executado de R\$ 4.850,56 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) corresponde apenas ao valor disponibilizado para as despesas com taxas de inscrição dos cursos, sem inclusão do custo de diárias e passagens.

A realização de ações de capacitação na SR/AL tem sido dificultada em decorrência da centralização dos recursos na Unidade Central, em Brasília, ficando a liberação de recursos na dependência da aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP). O prazo de antecedência que é exigido para solicitação de cursos – 45 dias – e a periodicidade quinzenal das reuniões do Comitê Gestor de Capacitação da DGP, por vezes impossibilitam a participação do servidor, pois alguns importantes eventos de capacitação só são divulgados em data próxima à realização dos mesmos.

No ano de 2009, foram solicitadas 7 ações de capacitação e apenas 3 foram aprovadas. Já em 2008 foram 12 solicitações de ações de capacitação das quais 9 foram aprovadas atendendo um total de 44 servidores. Portanto, em 2009 o número de capacitações e de servidores atingidos diminuiu consideravelmente se comparados com 2008.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

A Superintendência Regional da Polícia Federal de Alagoas não executou nenhuma ação relacionada ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.



2.3.1.3 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 08 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Amaro Vieira Ferreira
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

Segundo dados da Secretaria de Defesa Social do Estado de Alagoas, divulgados por meio eletrônico no sítio www.defesasocial.al.gov.br, em 2008 a taxa de homicídios em Alagoas foi de 66 por 100 mil habitantes. Essa taxa teve pequeno decréscimo em 2009, indo para 63,9 por 100 mil habitantes. Considerando que aproximadamente 90% dos homicídios no Estado são perpetrados por arma de fogo, pode-se concluir que mais ou menos 1.800 (mil e oitocentas) pessoas por ano são vítimas mediante utilização de arma de fogo.

Extraí-se da informação supra a necessidade de priorização para medidas que visem reduzir a realidade posta, sendo o controle de armas um instrumento útil para o atingimento desse objetivo.

2.3.1.3.1 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200358
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	105.300,00	91.200,00	91.200,00	14.100,00

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado de Alagoas a Polícia Federal arrecadou 1.621 e regularizou 4.728 armas de fogo (sendo 3.423 por meio de cadastramento e 1.305 por transferência). No ano de 2009 não houve campanha de interiorização.

Foram emitidos 4.599 registros de arma de fogo, sendo 212 referentes a armas novas.

INFORMAÇÕES		2009
Armas entregues (campanha do desarmamento)		1.621
Registros de Armas de Fogo		4.599
Transferências de armas de fogo		1.305
Cadastramento de Armas		3.423
Novas Armas de Fogo		212
Porte de Armas de Fogo	Solicitados	42
	Concedidos	27

2.3.1.4 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Quadro 10 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Gregson Afonso Lopes Chervenski	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
Código	Tipo⁵	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal

⁵ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200358, 200359.
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		UG	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	RP Não-Processados
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	200358	2.781.610,18	2.381.152,76	2.357.462,34	400.457,42
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	200359	23.814,73	23.814,73	23.814,73	-

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade. A Superintendência da Polícia Federal em Alagoas celebrou em 2009 contratos com pessoas jurídicas e físicas com o objetivo de assegurar a continuidade dos seguintes serviços: energia elétrica; água e esgoto; telefonia fixa e móvel; manutenção de viaturas oficiais; gerenciamento de frotas com fornecimento de combustível; fornecimento de passagens aéreas; postais; vigilância armada para as instalações; manutenção de elevadores; transporte de mobiliário para servidores transferidos; refeições de custodiados; higienização dos lençóis dos custodiados; limpeza e conservação do prédio; lavagem de veículos, copeiragem, publicidade oficial (Empresa Brasileira de Comunicações e Imprensa Nacional); e confecção de carimbos.

Atenta-se para o fato de não ter havido contratação de serviços de manutenção predial e nem manutenção preventiva do equipamento de ar condicionado central.

Outras aquisições do exercício para as quais não houve necessidade de celebração de contrato:

Serviços – instalação de 22 (vinte e dois) aparelhos de ar condicionado do tipo split; manutenção corretiva de dois motores do ar condicionado central; manutenção do NO-BREAK; manutenção da central telefônica; recarga de gás hélio para laboratórios; recarga de extintores de incêndio; manutenção do sistema de ar condicionado central do prédio.

Bens – 22 (vinte e dois) aparelhos de ar condicionado do tipo split; material de consumo e cartuchos para impressoras; 5 (cinco) ventiladores para a academia de ginástica; lixeiras e contêineres para coleta seletiva de materiais recicláveis.

A maior dificuldade do exercício nessa Ação foi ocasionada pelo defeito no sistema de ar condicionado central do prédio da Superintendência, para o qual foi necessário procedimentos licitatórios visando sua manutenção corretiva. Durante a realização dos consertos os servidores ficaram expostos a precárias condições de trabalho.



2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 12 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	R\$ 2.205.161,32	R\$ 2.050.476,21	R\$ 2.032.591,09	R\$ 1.861.191,85
Convite	R\$ 10.550,00	R\$ 10.072,84	R\$ 10.012,96	R\$ 10.070,52
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	R\$ 2.194.611,32	R\$ 2.040.403,37	R\$ 2.022.578,13	R\$ 1.851.121,33
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	R\$ 575.321,24	R\$ 606.943,40	R\$ 526.913,43	R\$ 551.192,48
Dispensa	R\$ 59.843,51	R\$ 174.055,73	R\$ 50.154,82	R\$ 172.147,47
Inexigibilidade	R\$ 515.477,73	R\$ 432.887,67	R\$ 476.758,61	R\$ 379.045,01
Regime de Execução Especial	R\$ 55.205,33	R\$ 63.061,07	R\$ 55.205,33	R\$ 63.061,07
Suprimento de Fundos	R\$ 55.205,33	R\$ 63.061,07	R\$ 55.205,33	R\$ 63.061,07
Pagamento de Pessoal	R\$ 766.733,14	R\$ 965.805,99	R\$ 766.733,14	R\$ 965.805,99
Pagamento em Folha ¹	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diárias	R\$ 766.733,14	R\$ 965.805,99	R\$ 766.733,14	R\$ 965.805,99
Outros	R\$ 575.906,07	R\$ 540.459,90	R\$ 529.836,82	R\$ 474.525,85

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	19.044,59	11.879,08	19.044,59	11.879,08	-	-	19.044,59	11.879,08
Sentenças Judiciais	19.044,59	-	19.044,59	-	-	-	19.044,59	-
Outros Benefícios Assistenciais	-	11.879,08	-	11.879,08	-	-	-	11.879,08
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	3.650.773,11	3.694.176,33	3.504.836,67	3.350.408,91	145.936,44	353.467,42	3.455.764,46	3.326.718,49
Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	1.048.494,89	883.698,72	978.000,71	788.237,69	70.494,18	95.461,03	976.601,10	788.237,69
Diárias - pessoal civil	766.733,14	965.805,99	766.733,14	965.805,99	-	-	766.733,14	965.805,99
Locação de mão-de-obra	713.205,24	721.480,07	713.205,24	663.609,98	-	57.870,09	665532,74	639.919,56
Material de consumo	404.202,35	517.790,51	367.011,37	360.059,11	37.190,98	167.431,40	367.011,27	360.059,11
Indenizações e restituições	286.317,55	232.686,43	251.917,55	218.586,43	34.400,00	14.100,00	251.917,55	218.586,43
Passagens e despesas com locomoção	265.126,66	215.971,04	265.126,66	206.934,04	-	9.037,00	265.126,66	206.934,04
Outros serviços de terceiros - Pessoa física	75.568,29	67.447,00	71.717,01	57.879,10	3.851,28	9.567,90	71.717,01	57.879,10
Despesas de exercícios anteriores	61.454,35	56.991,76	61.454,35	56.991,76	-	-	61.454,35	56.991,76
Obrigações Tributárias e contrib-op.intra-orçamentárias	29.670,64	32.304,81	29.670,64	32.304,81	-	-	29.670,64	32.304,81



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Quadro 14 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS (33.90.33.00)	R\$ 222.248,32	R\$ 265.126,66	R\$ 215.971,04
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS (33.90.14.00)	R\$ 1.215.351,87	R\$ 766.733,14	R\$ 965.805,99
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 1.583.885,93	R\$ 1.738.391,65	R\$ 1.578.777,14
3.1 Publicidade (33.91.39.47)	R\$ 8.744,64	R\$ 7.795,20	R\$ 6.720,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação (33.90.37.00)	R\$ 675.521,55	R\$ 713.205,24	R\$ 721.480,07
3.3 Tecnologia da Informação (33.90.39.28)	-	-	-
3.4 Outras Terceirizações (33.90.39.00) *	R\$ 899.619,74	R\$ 1.017.391,21	R\$ 850.577,07
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 40.190,82	R\$ 25.066,68	R\$ 63.046,41
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS (292.41.03.09)	R\$ 209.612,45	R\$ 55.205,33	R\$ 63.061,07
TOTAIS **	R\$ 3.233.105,57	R\$ 2.827.464,78	R\$ 2.825.624,24

Fonte: SIAFI Operacional – 200358 e 200359

* Os valores executados com terceirizações de serviços na UG 200359 (FUNAPOL) não fazem parte da soma do item 3.4 por já integrarem o item “5” - Suprimento de fundos.

** Para apuração do valor total desconsiderou-se o item “4” – CPGF, uma vez que já compõe o item “5”.

Considerações

O ano de 2009 foi marcado pela crise econômica mundial, que impôs retração no Produto Interno Bruto do país e, por consequência, queda da arrecadação de tributos federais. Durante o exercício a Superintendência de Polícia Federal em Alagoas recebeu suas descentralizações de créditos orçamentários da Coordenação de Orçamento e Finanças nos períodos determinados nos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira, observado as cotas da Portaria nº 786 DG/DPF, de 17/12/08:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

200048

SUPERINTENDÊNCIA REG. DEP. POLÍCIA FEDERAL – AL

UG	PI	ND	VALOR R\$
200358	702T-09	339014 DIARIAS – PESSOAL CIVIL	140.000,00
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	240.000,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	65.000,00
		339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	714.000,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.000.000,00
	Sub-total – Tesouro		

O cronograma de desembolso financeiro, no entanto, não acompanha a liberação dos recursos orçamentários, uma vez que depende da arrecadação que é realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por essa razão, em alguns momentos a Superintendência em Alagoas realizou o pagamento de fornecedores com atraso.

Administrativamente várias providências foram adotadas para economia de recursos, tendo-se obtido resultados satisfatórios, tais como a redução do consumo de energia elétrica, diminuição dos gastos telefônicos, economia na emissão de passagens, entre outros.

O valor relativo ao pagamento de diárias a servidores policiais e administrativos foi maior que em 2008 tendo em vista, principalmente, o reajuste do valor das diárias de acordo com o Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009. A partir dessa data a Administração da Superintendência seguiu as emissões de Ordens de Missão e de Serviços que gerassem pagamento de diárias, realizando apenas aquelas tidas como emergenciais. Tal medida que serviu para respeitar o limite orçamentário disponível para diárias, também ocasionou retração das atividades policiais.



2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 15 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	123064,87	75.950,00	17.330,87	14.860,00	105734,00	61.090,00	17.330,87	14.860,00
44.90.52.00 – Equip. Material Permanente.	123064,87	75.950,00	17.330,87	14.860,00	105734,00	61.090,00	17.330,87	14.860,00
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Considerações

O valor das despesas de capital empenhado em 2009 referem-se a aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo *split*; contêineres e lixeiras para coleta seletiva de materiais recicláveis e ventiladores para a academia de ginástica.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 16 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		881.280,50	881.280,50	-	881.280,50	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	()*
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este índice é do tipo quanto menor, melhor, pois indica quantidade de média de dias para a conclusão de um inquérito desde a sua instauração até a conclusão. No caso da Superintendência Regional em Alagoas, não há dados a disposição da Corregedoria para subsidiar a formação do índice.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,6	80	70	93%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Análise do Resultado Alcançado:

Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índice melhor do que o exigido no PPA devido a melhoria nos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2009 foram instaurados 765 inquéritos e relatados 710, o que permitiu um índice próximo a 100, objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

Os dois indicadores apresentados se referem ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade. Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-		2.805.424,91	2.805.424,91	400.457,42	2.381.277,07
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-		105.300,00	91.200,00	14.100,00	91.200,00

Considerações

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.



2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 17 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000 – Administração da unidade	A	3	Não há	NA	NA	NA	2.805.424,91	NA	
06	422	1453	8375 – Campanha do desarmamento	A	3	Indenização paga	NA	NA	NA	91.200,00	NA	
06	125	0662	2679 – Controle de precursores químicos	A	3	Documento emitido	NA	NA	NA	14.025,93	NA	
06	128	0662	4572 – Capacitação de servidores	A	3	Servidor capacitado	NA	NA	NA	4.850,56	NA	
06	181	0662	2726 – Prevenção e repressão a crimes contra a União	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	845.376,40	NA	
06	183	0662	2720 – Ações de caráter sigiloso	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	17.027,61	NA	

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

Os dados estatísticos sobre a Superintendência de Alagoas em 2009, informados no item 2.3 - “Gestão orçamentária e financeira”, discriminam as atividades desenvolvidas no âmbito de cada ação elencada no quadro acima.



2.4.2 – Indicadores de desempenho

AÇÃO	INDICADOR	2008	2009
Prevenção e repressão a crimes contra a União	Operação realizada	16	14
	Inquéritos relatados	309	710
	Nº de Laudos	636	581
Campanha do desarmamento	Indenização paga	269	1621
Controle de precursores químicos	Documento emitido	47	288
Capacitação de servidores	Servidor capacitado	44	7
Ações de caráter sigiloso	Ação realizada	27	29

2.4.3 – Análise do desempenho

A Gestão da Superintendência em Alagoas buscou empregar todos os seus recursos materiais e humanos com foco em sua missão institucional que é manutenção da lei e da ordem social, cumprindo suas funções de polícia judiciária e administrativa.

Durante o ano de 2009 foi mantida produtividade aproximada a do ano anterior, considerando nesse cômputo as operações realizadas na área operacional e de inteligência. Embora o aparente empate, faz-se digno de registro o fato dos recursos orçamentários e financeiros em 2009 terem sido menores do que em 2008.

Destaca-se a melhora significativa na relatoria de inquéritos que em 2008 foi de 42% (735 instaurados e 309 relatados) e em 2009 essa relação subiu para 93%. De igual forma a repressão à substâncias entorpecentes que teve incremento na quantidade apreendida.

Embora os dados relativos à Polícia Judiciária tenham sido positivos, constata-se a necessidade de melhorar o desempenho operacional, por exemplo, no combate aos crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico, fortalecendo o entrosamento com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), tendo em vista a gama de possíveis operações que poderiam ser realizadas no combate aos crimes ambientais no Estado de Alagoas.

A carência de pessoal, tanto na área administrativa quanto na área policial, no entanto, é o principal gargalo que impede a maior produtividade da Superintendência. Soma-se a isso o fato de que parte significativa dos servidores da carreira policial é absorvida para atividades administrativas e serviços de plantões, por absoluta falta de opção, uma vez que terceirizações de mão-de-obra para atividades meramente administrativas estão sendo desaconselhadas pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico da unidade.

Por fim, a Gestão da Superintendência tem envidado esforços para que todos os indicadores possam ser melhorados dentro das limitações impostas



3 - Recursos Humanos

Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Não há informação ¹
Próprios	167	-	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	32	-	
Total	199	-	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	172	16.859.671,40	406.080,37	1.157.962,48	23.152,18	330.096,43
2008	169	21.001.768,98	732.952,78	1.508.471,99	35.532,17	328.004,61
2009	167	22.874.728,01	756.521,87	861.889,90	106.939,80	292.389,04
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	40	803.921,55	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	38	841.605,24	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	32	721.480,07	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE, Gestão de Contratos e SELOG/SR/DPF/AL

Considerações

O total de servidores ativos na SR/DPF/AL, considerando-se como referência 31/12/2009, é de 167 servidores entre integrantes da Carreira Policial Federal e Plano Especial de Cargos. Deste total, 26 servidores estão percebendo Abono de Permanência e há uma previsão de que nos próximos 3 anos 36 serão aposentados (26 integrantes da Carreira Policial Federal e 10 do Plano Especial de Cargos). Ressalta-se que o quantitativo de servidores integrantes do Plano Especial de Cargos que atuam na área administrativa como Recursos Humanos, Logística, Execução Financeira e Orçamentária, Material e Protocolo com previsão de aposentadoria é significativo.

Soma-se a essa previsão a realidade vivenciada na área administrativa em que desde setembro/2006, termo final do concurso para o Plano Especial de Cargos realizado em 2004, ocorreram vacâncias nos cargos de Agente Administrativo e Administrador no âmbito da SR/DPF/AL e, pela ausência de concurso vigente, não houve a reposição dessa mão de obra que deixou os quadros do DPF.

É urgente a necessidade de recomposição do Plano Especial de Cargos para atuar na atividade meio e de suporte à atividade fim do órgão a fim de que haja tempo hábil para formar os novos servidores através de capacitação para desempenhar suas funções.

Quanto à Carreira Policial Federal há 26 Agentes de Polícia Federal com previsão para aposentadoria. A principal dificuldade para lotação de servidores na SR/AL foi no ano de 2009 a publicação do QCP - Quadro de Cargos Policiais – fruto do Lotacionograma, uma pesquisa realizada em 2008 pelo DPF com vistas a criar um instrumento que auxilie Gestão de Pessoal quanto a remoção e lotação de servidores nas superintendências e delegacias do interior.

Os resultados do lotacionograma identificaram que a SR/AL é uma unidade que, quando comparada com outras e com a média da PF, não possui sobrecarga de trabalho



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

porque a lotação projetada para a unidade é inferior à lotação atual conforme quadro abaixo:

UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO PROPOSTA	DESVIO
AL	120	77,20	42,8

A consequência desse resultado é a não criação de claros de lotação a serem preenchidos no Estado dificultando, assim, as remoções de ofício. Além disso, o concurso público realizado em 2009 não criou vagas para a SR/AL significando que não haverá a lotação de novos policiais federais. A ausência desses claros apresentada pelo QCP é contraditória às vacâncias de cargos de Agente de Polícia Federal ocorridas em 2009: 01 por posse em cargo inacumulável; 01 por falecimento e 05 por aposentadoria num total de 07 claros na unidade, somente, em 2009.

Para que a unidade possa ter um desempenho otimizado é necessária a recomposição do seu quadro funcional com a aquisição de novos servidores para a superintendência mediante concurso público ou remoção.

Abordar a questão do desempenho funcional dos servidores implica tratar das avaliações de desempenho realizadas no órgão as quais não mensuram o desempenho real por serem instrumentos desatualizados que necessitam de reformulação à luz do arcabouço teórico de Avaliação de Desempenho como instrumento de Gestão de Pessoal para o desenvolvimento organizacional e capacitação profissional, e não apenas mero meio de aferição de pontos para progressão funcional.

Quanto aos planos de capacitação dos servidores, a unidade através da Equipe T&D elabora anualmente o PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos que é encaminhado a DGP/DPF. Entretanto, em 2009 foram poucos os servidores capacitados na unidade haja vista a reduzida quantidade de processos deferidos para a liberação dos recursos necessários ao custeio das despesas com as ações de capacitação.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.



4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –



5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 20 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	49.072,21	(0,10)	49.072,11	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	256.242,99	(21.153,83)	234.989,16	100,00
2007	39.365,48	(25.927,08)	31.652,53	0,00
2006	91.337,50	0,00	73.123,37	18.214,13
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

O valor de R\$ 100,00 (cem reais) remanescentes na conta de Restos a Pagar não Processados refere-se à indenização de uma arma de fogo entregue na campanha do desarmamento.



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União em Alagoas para o exercício de 2009.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2009.



12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 21 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Alagoas		200358 / 200359	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió/AL	Data	30 de março de 2010
Responsável	Dorival José dos Santos Silva	Matrícula nº	12.012



14 – Outras Considerações


A gestão da Atividade Policial e Administrativa da Superintendência Regional em Alagoas vem sendo prejudicada pelo baixo efetivo de pessoal. Conforme demonstrado no item 3 deste relatório, a unidade dispõe de 167 servidores, entre policiais e administrativos para atuar em sua circunscrição e fora dela, vez que deve atender a outras unidades, com no mínimo 8% (oito por cento) de seu pessoal, visando apoiar as grandes operações do Departamento de Polícia Federal.



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - AL	Código da UG: 200358 - 200359
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 19/02/2010
Contador Responsável:  GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n° DF-12534/O-8



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

ADENDO À DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

DATA: 29/03/10

HORA: 14:31:23

USUARIO: GREGSON

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU N° 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC N° DF-12534/O-8

AMARO VIEIRA FERREIRA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 2.978
Superintendente Regional em Alagoas